



## **Demonstrações Financeiras**

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados por Natureza**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO**

<b>Balço</b>		Unidade monetária (Euro)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	1 976 983,13	2 066 124,35
Investimentos financeiros	6	355,27	155,09
		<b>1 977 338,40</b>	<b>2 066 279,44</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	15	88 197,63	67 742,88
Estado e outros entes públicos	15	3 656,51	3 892,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15	21 748,48	22 033,43
Diferimentos	15	3 799,59	3 808,91
Outros ativos correntes	15	71 757,96	61 702,95
Caixa e depósitos bancários	15	379 578,80	376 473,01
		<b>568 738,97</b>	<b>535 653,22</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 546 077,37</b>	<b>2 601 932,66</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	14	1 477 386,59	1 477 386,59
Resultados transitados	14	224 226,97	257 373,30
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11 ; 14	730 968,66	792 416,51
		<b>2 432 582,22</b>	<b>2 527 176,40</b>
Resultado líquido do período	14	<b>(28 765,75)</b>	<b>(33 146,33)</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		<b>2 403 816,47</b>	<b>2 494 030,07</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	13 865,63	17 573,11
Estado e outros entes públicos	15	8 327,33	6 249,76
Diferimentos	15	40 951,16	36 103,49
Outros passivos correntes	15	79 116,78	47 976,23
		<b>142 260,90</b>	<b>107 902,59</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>142 260,90</b>	<b>107 902,59</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>2 546 077,37</b>	<b>2 601 932,66</b>



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO**

Demonstração dos resultados por naturezas

Unidade monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			31/12/2016	31/12/2015
Vendas e serviços prestados	+	9	240 384,30	228 707,48
Subsídios, doações e legados à exploração	+	11	191 555,76	180 986,90
Fornecimentos e serviços externos	-	18.1	(185 187,25)	(169 360,97)
Gastos com pessoal	-	16	(321 762,23)	(281 819,88)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	15	1 552,25	(7 942,75)
Outros rendimentos	+	18.4	148 211,97	111 005,59
Outros gastos	-	18.2 ;18.3	(4 328,54)	(4 557,96)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		<b>70 426,26</b>	<b>57 018,41</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4	(99 941,88)	(96 176,57)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		<b>(29 515,62)</b>	<b>(39 158,16)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	+	9	941,78	6 012,36
Juros e gastos similares suportados	-	18.3		(0,53)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		<b>(28 573,84)</b>	<b>(33 146,33)</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+	13	(191,91)	
<b>Resultado líquido do período</b>	=		<b>(28 765,75)</b>	<b>(33 146,33)</b>

O Contabilista Certificado

A Direção



Demonstração dos fluxos de caixa

Unidade monetária (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		31.12.2016	31.12.2015	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>				
Recebimentos de clientes e utentes	+	15	200 630,55	223 400,50
Pagamentos de subsídios	-			
Pagamentos de apoios	-			
Pagamentos de bolsas	-			
Pagamentos a fornecedores	-	15	(190 434,67)	(206 017,80)
Pagamentos ao pessoal	-	16	(289 095,75)	(176 874,83)
Caixa gerada pelas operações	+/-		(278 899,87)	(159 492,13)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	13	(356,37)	(8 891,15)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		284 886,59	126 992,14
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>+/-</b>	<b>5 630,35</b>	<b>(41 391,14)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis	-	4	(24 800,66)	(75 772,86)
Ativos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-	6	(305,87)	(202,87)
Outros ativos	-			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis	+			
Ativos intangíveis	+			
Investimentos financeiros	+	6	105,69	82,17
Outros ativos	+			
Subsídios ao investimento	+		22 476,17	159 087,11
Juros e rendimentos similares	+	9	0,11	6 012,36
Dividendos	+			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b>	<b>+/-</b>	<b>(2 524,56)</b>	<b>89 205,91</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	+			
Realização de fundos	+			
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	-			
Juros e gastos similares	-			
Dividendos	-			
Reduções de fundos	-			
Outras operações de financiamento	-			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>		<b>3 105,79</b>	<b>47 814,77</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-		376 473,01	328 658,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	15	379 578,80	376 473,01



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Identificação da entidade:

*A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, doravante abreviadamente designada por “Entidade” ou “AHBVF” é uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de Associação Humanitária reconhecida como Instituição de Utilidade Pública, conforme Despacho de 22/4/86 publicado no Diário da Republica nº 107 de 10/5/1986, Série II, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários - 3700-660 Fajões.*

*A AHBVF tem como fim manter um Corpo de Bombeiros Voluntários, socorrer feridos e doentes e a proteção, por qualquer forma, de vidas e bens e, ainda, desenvolver outras ações de solidariedade social. Tendo como atividade principal o CAE 84250 - atividades de proteção civil*

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

*As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:*

*Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo: NCRF-ESNL);*

*Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para Entidades do Setor Não Lucrativo: CC-ESNL);*

*Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo).*

*Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem, à Entidade em matéria contabilização e relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada,*



traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IABS e respetivas interpretações (SIC e IFRIC)

**Inventário permanente (Artigo 12.º do DL n.º158/2009)**

As entidades do setor não lucrativo (ESNL) porque se consideram “entidades”, nos termos da nova redação do art.º 9 do Decreto-Lei n.º 158/2009, e portanto são suscetíveis de classificação nas categorias elencadas, ficando enquadrada no conceito de Pequena Entidade (PE) está obrigada ao Inventário Permanente mas como a sua atividade predominantemente Prestação de Serviços encontra-se dispensada da obrigatoriedade de elaborar Inventário Permanente.

### **3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

#### **3.1 Principais políticas contabilísticas:**

##### **a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

Nas Demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade foram consideradas as seguintes bases de preparação:

- **Continuidade**  
*No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.*
- **Regime do acréscimo (periodização económica)**  
*As demonstrações financeiras foram preparadas, utilizado o regime contabilístico do acréscimo (periodização económica). Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.*
- **Consistência de apresentação**  
*Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro*
- **Materialidade e agregação**



*Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.*

*As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo.*

- **Compensação**

*Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.*

*Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de devoluções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescências nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto de alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.*

- **Comparabilidade**

*Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.*

**b) Outras políticas contabilísticas:**

*As políticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.*

**c) Principais pressupostos relativos ao futuro:**

*As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.*

**d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

*As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo,*



*poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.*

### **3.2 Alterações nas políticas contabilísticas**

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adotado pela Associação, sendo aplicadas de forma consistente excepto se a alteração for exigida por uma norma ou resulte em informação mais fiável e relevante.

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas serão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, a Direção ajuizará quando ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resultem informação que garante as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

Até 2015 as propriedades de investimento eram classificadas na 42 – Propriedades de Investimento. A partir de 2016 devido à alteração da própria Norma Contabilística e de relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificadas na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflecte-se na eliminação da anterior rubrica do balanço Propriedades de Investimento e num aumento da rubrica Ativos Fixos Tangíveis no valor de 160.809,45€, conforme se desagrega no quadro abaixo:

*Valores em euros*

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada antes da alteração	Quantia escriturada após alteração
Terrenos e recursos naturais	833.266,53	994.075,98

### **3.3 Alteração nas estimativas contabilísticas**

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.





Valores em euros

Alterações nas estimativas realizadas em anos anteriores	Impacto nas demonstrações financeiras do período	
	6881	7881
Insuficiência na estimativa para a Despesa do Natal do Bombeiro	768,84	
Total	768,84	

### 3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Erros do período corrente e erros não materiais de períodos anteriores descobertos no período são corrigidos antes de as demonstrações financeiras serem emitidas.

Erros materiais de períodos anteriores são corrigidos retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras após a sua descoberta.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correção de erros materiais é objeto de divulgação.

No decorrer do ano 2016 foram detetados 2 erros materialmente relevantes

- Em 2014 foram reclamados pela direcção créditos em processo de insolvência referente ao Cliente Centro Social Dra. Leonilda Aurora Silva Matos no valor de 19570,30€, só no decorrer deste ano aquando do pedido de discriminação dos valores reclamados pelo administrador de insolvência é que foi do conhecimento da contabilidade esta situação face à relevância material deste erro foi corrigido em Resultados Transitados do ano 2014.

-Em 2015 devido a uma falha de informação relativamente ao subsídio ao investimento atribuído pelo POVT no ano de 2014, foi anulado o valor de 5643.62€, que não se tinha recebido, pelo facto do processo documental da aquisição do VTTR não se encontrar finalizado. Assim devido a esta reposição de subsídio não foram contabilizadas a imputação do subsídio aos exercícios de 2014, o valor 941.21€ (corrigido nos resultados transitados de 2014) e a de 2015 o valor 951.21€.

(valores expressos em euros)

Efeitos nas diferentes componentes dos fundos patrimoniais resultantes da correção de erros materiais de períodos anteriores		Período ao qual retroagiu o cômputo dos efeitos nos períodos anteriores	Efeitos nos períodos anteriores			
			Ativo	Fundos patrimoniais	Passivo	Resultado do período 2015
Correção de erros materiais de períodos anteriores	593 Subsídios investimento	31-12-2015	5.643,62	3.751,20		
	7883 Imputação subsídios	31-12-2015				951,21
	219 Imparidades clientes	31-12-2015	(19.570,30)			
	56 Resultados Transirtados	31-12-2015		(18.629,09)		
			(13.926,68)	(14.877,89)		951,21
Totais			(13.926,68)	(14.877,89)		951,21



#### **4. Ativos fixos tangíveis:**

*Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.*

*Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.*

*As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.*

*As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.*

*O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.*

*As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.*

*Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:*

<i>Edifícios e Outras construções</i>	<i>10 a 50 anos</i>
<i>Equipamento Básico</i>	<i>4 a 50 anos</i>
<i>Equipamento transporte</i>	<i>4 anos</i>
<i>Equipamento administrativo</i>	<i>3 a 10 anos</i>
<i>Outros ativos tangíveis</i>	<i>4 a 50 anos</i>

*A informação exigida nas divulgações quanto à quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e fim do período; e uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, constam do mapa seguinte:*



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO**

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público	Bens do património histórico	Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais		
		...	...	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis		...	
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas			974.075,98	1.266.093,71	1.266.937,65	1.230,00	197.599,18	45.233,48	24.600,00	<b>3.775.770,00</b>	
	Depreciações acumuladas				(434.160,32)	(1.009.392,32)	(615,00)	(193.928,65)	(25.620,15)		<b>(1.663.716,44)</b>	
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas			<b>974.075,98</b>	<b>831.933,39</b>	<b>257.545,33</b>	<b>615,00</b>	<b>3.670,53</b>	<b>19.613,33</b>	<b>24.600,00</b>	<b>2.112.053,56</b>	
Movimentos do período 2015	Adições	Aquisições			1.193,10	47.482,80		494,46	1.077,00		<b>50.247,36</b>	
		Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
	Decréscimos por revalorização											
	Transferências	De ativos intangíveis em curso										
		Outras										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outras										
	Depreciações	Aumentos de depreciações				(27.690,81)	(63.027,74)	(307,50)	(2.074,33)	(3.076,19)		<b>(96.176,57)</b>
		Reversões de depreciações										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
		Reversões de perdas por imparidade										
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas			974.075,98	1.267.286,81	1.314.420,45	1.230,00	198.093,64	46.310,48	24.600,00	<b>3.826.017,36</b>	
	Depreciações acumuladas				(461.851,13)	(1.072.420,06)	(922,50)	(196.002,98)	(28.696,34)		<b>(1.759.893,01)</b>	
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas			<b>974.075,98</b>	<b>805.435,68</b>	<b>242.000,39</b>	<b>307,50</b>	<b>2.090,66</b>	<b>17.614,14</b>	<b>24.600,00</b>	<b>2.066.124,35</b>	
Movimentos do período 2016	Adições	Aquisições			1.069,25	8.180,00		536,66		1.014,75	<b>10.800,66</b>	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras										
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização										
		Decréscimos por revalorização										
	Transferências	De ativos intangíveis em curso										
		Outras										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outras										
	Depreciações	Aumentos de depreciações				(27.809,75)	(67.769,31)	(307,50)	(1.112,92)	(2.942,40)		<b>(99.941,88)</b>
Reversões de depreciações												
Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade											
	Reversões de perdas por imparidade											
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas			974.075,98	1.268.356,06	1.322.600,45	1.230,00	198.630,30	46.310,48	25.614,75	<b>3.836.818,02</b>	
	Depreciações acumuladas				(489.660,88)	(1.140.189,37)	(1.230,00)	(197.115,90)	(31.638,74)		<b>(1.859.834,89)</b>	
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas			<b>974.075,98</b>	<b>778.695,18</b>	<b>182.411,08</b>		<b>1.514,40</b>	<b>14.671,74</b>	<b>25.614,75</b>	<b>1.976.983,13</b>	



## 5. Ativos intangíveis:

A associação não detém Ativos Intangíveis.

## 6. Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros tinham em 2016 e 2015 a seguinte composição:

*(valores expressos em euros)*

Investimentos Financeiros	2016	2015
Fundos de Compensação do Trabalho	355,27	155,09
Totais	355,27	155,09

## 7. Custos de empréstimos obtidos:

A Associação não capitalizou durante o presente exercício custos com empréstimos obtidos.

## 8. Inventários:

Em 2015 e 2016 a Associação não detinha bens desta natureza.

## 9. Rédito:

Nas prestações de serviços o rédito associado com a transação foi reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.

O rédito proveniente do uso por outros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido apenas quando satisfizer as seguintes condições:

-Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras com transação fluam para entidade, e

-A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Os juros foram reconhecidos segundo o regime do acréscimo.

O rédito é composto pelas diversas categorias apresentadas no quadro em anexo.



(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	31-12-2016			31-12-2015		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	240.384,30	99,61%	5,11%	228.707,48	97,44%	2,28%
Juros	941,78	0,39%	(84,34%)	6.012,36	2,56%	(19,36%)
Royalties						
Dividendos						
Totais	241.326,08	100,00%	2,81%	234.719,84	100,00%	(76,85%)

**10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:**

*Não foram efetuadas operações desta natureza*

**11. Subsídios do Governo e apoios do Governo:**

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31-12-2016					31-12-2015				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Edifícios e outras construções	17.616,30	612.133,50			17.616,30	629.749,80				
		Equipamento básico	51.011,55	116.001,83			49.322,28	158.833,38				
		Outros ativos fixos					267,75					
		Doações	1.000,00	2.833,33			166,67	3.833,33				
			69.627,85	730.968,66			67.373,00	792.416,51				
	Subsídios relacionados com rendimentos	Anpc	133.515,40				120.001,80					
		Governo Civil de Aveiro										
		Camara Municipal de Oliveira de azemeis	58.040,36				60.959,73					
		Outras Autarquias										
		Federação dos Bombeiros de Aveiro										
Iefp						25,37						
	191.555,76					180.986,90						
Reembolsáveis	...											
	...											
Totais			191.555,76	69.627,85	730.968,66		180.986,90	67.373,00	792.416,51			



**Nota:** Foi contabilizado nos fundos patrimoniais o valor 8.180,00€ relativo a um subsídio da ANPC, comparticipação dos fogos florestais relativo a uma reparação de viatura.

## **12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio:**

A Associação não efetua quaisquer operação em moeda estrangeira.

## **13. Impostos sobre o rendimento:**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “as pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente. e interprofissionalismo agro-alimentar.-”

Porém, de acordo com o n.º 3 do referido artigo, “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21, % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013a 2016ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O imposto sobre o rendimento do período: 191,91€ ( imposto estimado)



## 14. Fundos Patrimoniais:

*A rubrica "Fundos Patrimoniais" em 2016 e 2015 tinham a seguinte composição*

*(valores expressos em euros)*

Fundos Patrimoniais	2016	2015
Fundos	1477386,59	1477386,59
Resultados Transitados	224 226,97	257 373,30
Outras Variações nos Fundos patrimoniais	730 968,66	792 416,51
Resultado Líquido do exercício	(28 765,75)	(33 146,33)
Total	2 403 816,47	2 494 030,07

## 15. Instrumentos financeiros:

### Ativos e passivos financeiros

*Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.*

### Associados/membros

*As quotas e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.*

### Cientes e outras contas a receber

*Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.*

### Caixa e depósitos bancários

*A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.*

### Fornecedores e outras contas a pagar

*As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.*



(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		31/12/2016			31/12/2015		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Clientes e utentes	148 177,05	(59 979,42)	88 197,63	127 722,30	(59 979,42)	67 742,88
	Estado e outros entes públicos	3 656,51		3 656,51	3 892,04		3 892,04
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	41 259,23	(19 510,75)	21 748,48	43 096,43	(21 063,00)	22 033,43
	Outras contas a receber	71 757,96		71 757,96	61 702,95		61 702,95
	Diferimentos	3 799,59		3 799,59	3 808,91		3 808,91
	Caixa	8 009,23		8 009,23	8 673,27		8 673,27
	Depositos à ordem	121 569,57		121 569,57	367 799,74		367 799,74
	Depositos a prazo	250 000,00		250 000,00			
	648 229,14	(79 490,17)	568 738,97	616 695,64	(81 042,42)	535 653,22	
Passivos financeiros	Fornecedores	13 865,63		13 865,63	17 573,11		17 573,11
	Estado e outros entes públicos	8 327,33		8 327,33	6 249,76		6 249,76
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Outras contas a pagar	79 116,78		79 116,78	47 976,23		47 976,23
	Diferimentos	40 951,16		40 951,16	36 103,49		36 103,49
	...						
		142 260,90		142 260,90	107 902,59		107 902,59

*Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:*

*- Não existem ativos financeiros (ações) negociados em mercado líquido e regulamentado.*

## 16. Benefícios dos empregados:

*O número médio de empregados no exercício foi de 16*

*O número médio de voluntários durante o ano foi de 57.*

O número de órgãos diretivos da entidade são 20

No dia 31 de março de 2016 realizaram-se eleições, tendo os novos órgãos para o triénio 2016/2018, tomado posse a 3 de abril com efeitos a 4 de abril de 2016, sendo composta conforme se discrimina:

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Maria Carlota Lopes Machado - Presidente Mesa Assembleia

Maria Celeste Aguiar Pinho - Vice-Presidente





Susana Maria Almeida Queirós - Primeiro-Secretário

Maria Rosa da Silva Rocha de Oliveira - Suplente

**DIRECÇÃO**

Ricardo Manuel de Pinho Fernandes – Presidente Direcção

Jorge Filipe de Oliveira Pinho – Vice-presidente

Manuel Alberto Machado – 1º Secretário

Manuel Moreira dos Santos 2º Secretário

Fernando Vítor Almeida Santos – 1º Tesoureiro

João Paulo Pinho Moreira dos Santos – 2º Tesoureiro

Fernando de Pina e Pinho - Vogal

Pedro Manuel Pinho Vieira - Vogal

José Fernando Moreira dos Santos - Suplente

Ricardo Nuno Amorim Correia Ribeiro - Suplente

António Manuel Oliveira Bastos - Suplente

**CONSELHO FISCAL**

Jorge de Pinho Azevedo – Presidente Conselho Fiscal

António Rebelo da Costa- Vice-presidente

Manuel João Pereira de Almeida – Secretário Relator

M. Oliveira e Santos – Suplente

Os órgãos diretivos desta entidade não são remunerados

A rubrica “ gastos com o pessoal” em 2016 e 2015 tinham a composição:

(valores expressos em euros)

Custos com Pessoal	2016	2015
Remunerações	185403,12	170622,68
Indemnizações	570,89	-
Encargos s/ Remunerações	37 123,90	34 178,35
Seguros	4 397,67	4 402,68
Custos de Acção Social	3 194,52	2 857,22
Outros Gastos com o Pessoal	91 072,13	69 758,95
Total	321 762,23	281 819,88

**17.Divulgações exigidas por outros diplomas legais:**

*A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.*

*Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.*

**18.Outras informações:**



De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações

### 18.1. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica “fornecimentos e serviços externos” em 2016 e 2015 tinham a composição:

*(valores expressos em euros)*

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Subcontratos	-	9954,50
Serviços Especializados	66 722,35	63 462,23
Materiais	7 021,88	8 973,11
Energia e Fluidos	68 867,43	61 686,83
Deslocações, Estadas e Transportes	3 138,33	1 155,01
Serviços Diversos	27 147,58	18 934,48
Fornecimentos Especificos	7 181,11	4 307,88
Serviços Especificos	5 108,57	886,93
Total	185 187,25	169 360,97

No ano 2015, o valor apresentado na rubrica de “subcontratos” diz respeito aos subcontratos dos serviços de limpeza e assistência informática que por lapso de interpretação foram contabilização nesta rubrica.

### 18.2 Outros Gastos

A rubrica “outros gastos” em 2016 e 2015 tinham a composição:

*(valores expressos em euros)*

Outros Gastos	2016	2015
Impostos	282,47	342,69
Descontos de Pronto Pagamento	237,03	184,84
Outros (Correções de exercicios anteriores, quotizações, multas)	3 809,01	4 030,43
Total	4 328,51	4 557,96

No valor registado, na rúbrica “Outros” está incluído o valor 3.139.01€ referente a correções de exercício anteriores referentes a despesas dos minis e natal do bombeiro, que eram manifestamente desconhecidas à data de encerramento das contas.

### 18.3 Outros Gastos

A rúbrica “outros gastos” em 2016 e 2015 tinham a composição:

*(valores expressos em euros)*

Gastos e Perdas de Financiamento	2016	2015
Juros Suportados ( juros de Mora)	0,03	0,53
Total	0,03	0,53



#### 18.4 Outros Rendimentos

A rubrica “outros rendimentos” em 2016 e 2015 tinham a composição:

*(valores expressos em euros)*

Outros Rendimentos	2016	2015
Rendimentos Suplementares	66130,56	34170,23
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,26	4,68
Rendas e Ganhos em Inv. Não Financeiros	5 490,38	3 990,38
Outros (correções exerc. anteriores e subsídios investimento)	76 590,77	72 840,30
Total	148 211,97	111 005,59

No valor registado, na rubrica “Outros” está incluído o valor 6.918,38€ referente a correções de exercício anteriores referente receitas dos minis e natal bombeiro, que eram manifestamente desconhecidas à data de encerramento das contas.

#### 18.5. Acontecimentos após data de Balanço

*Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.*

*Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.*

Fajões, 9 de março de 2017